

Apontamentos sobre a Educação do Campo em Colorado do Oeste/Rondônia: notas de um camponês letrado

William Kennedy do Amaral Souza¹, Raiane Agostinho Lopes², Vanessa Campos de Moraes³, Marcos Antonio Oliveira Rodrigues⁴

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Departamento de Ensino. BR 435, km 63. Zona Rural. Colorado do Oeste - RO. Brasil. william.souza@ifro.edu.br. ²Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. ³Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. ⁴Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

RESUMO. Este trabalho abordará as inquietações sobre a dicotomia existente entre Educação no Campo e Educação do Campo. A partir da leitura de referencial teórico, decidimos confrontar o que conhecemos do sistema educacional brasileiro, com a realidade por nós vivenciada e, além disso, confrontar o discurso oficial de educação plural com o desejo e a necessidade de movimentos sociais por uma educação mais digna. O movimento social escolhido para a nossa análise foi o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por ser um movimento de amplo alcance e respaldo em nossa região. Para isso elegemos uma pessoa integrante do movimento para a realização de uma entrevista semiestruturada. O entrevistado é graduado em um curso diretamente envolvido com a Educação o que também lhe dá embasamento teórico para discorrer sobre tal temática. De acordo com os dados coletados, as pessoas do MPA acreditam em um sistema educacional melhor e, essa melhora passa pelo diálogo entre Estado e Movimentos Sociais. No caso do MPA, esse diálogo tem como ideia central a valorização da cultura camponesa dentro do ambiente escolar e, a garantia da manutenção das escolas do campo, assim, pode ajudar a diminuir o êxodo rural e, conseqüentemente melhorar a qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação do Campo, Movimento Social, Sistema Educacional.

Notes on Rural Education in Colorado do Oeste/Rondônia: notes of a literate peasant

ABSTRACT. This paper will address concerns about the dichotomy between Education in the countryside and Rural Education. Based on the theoretical reference reading, we decided to confront what we know of the Brazilian educational system, with the reality we experienced and, in addition, to confront the official discourse of plural education with the desire and need of social movements for a more dignified education. The social movement chosen for our analysis was the Small Farmers' Movement (MPA), as it is a movement of wide reach and support in our region. For this we elect a person who is part of the movement to carry out a semi-structured interview. The interviewee is graduated in a course directly involved with Education which also gives him theoretical background to discuss this topic. According to the data collected the people of the MPA believe in a better educational system, and this improvement goes through the dialogue between the State and Social Movements. In the case of the MPA, this dialogue has as its central idea the valorization of the peasant culture within the school environment and, the guarantee of the maintenance of the rural schools can thus help to reduce the rural exodus and consequently to improve the quality of life.

Keywords: Rural Education, Social Movement, Educational System.

Apuntes sobre la Educación del Campo en Colorado do Oeste/Rondônia: notas de un campesino letrado

RESUMEN. Este trabajo abordará las inquietudes sobre la dicotomía existente entre Educación en el Campo y Educación del Campo. A partir de la lectura de referencial teórico, decidimos confrontar lo que conocemos del sistema educativo brasileño, con la realidad por nosotros vivida y, además, confrontar el discurso oficial de educación plural con el deseo y la necesidad de movimientos sociales por una educación más digna. El movimiento social elegido para nuestro análisis fue el Movimiento de los Pequeños Agricultores (MPA), por ser un movimiento de amplio alcance y respaldo en nuestra región. Para ello elegimos a una persona integrante del movimiento para la realización de una entrevista semiestructurada. El entrevistado es graduado en un curso directamente involucrado con la Educación lo que también le da basamento teórico para discurrir sobre tal temática. De acuerdo con los datos recogidos las personas del MPA creen en un sistema educativo mejor y, esa mejora pasa por el diálogo entre Estado y Movimientos Sociales. En el caso del MPA, ese diálogo tiene como idea central la valorización de la cultura campesina dentro del ambiente escolar y, la garantía del mantenimiento de las escuelas del campo, así, puede ayudar a disminuir el éxodo rural y, consecuentemente, mejorar la calidad de vida.

Palabras clave: Educación del Campo, Movimiento Social, Sistema Educativo.

Introdução

O Brasil possui uma grande área territorial e uma enorme diversidade cultural. Com uma diversidade de povos e referências culturais dentro da nação, cada região segue determinadas tradições. Isso nos leva a pensar que, embora estando em um modelo nacional, o sistema educacional pode respeitar e adaptar-se às especificidades de cada região, possibilitando que a educação realizada na região Sudeste possa ser ligeiramente diferente da oferecida na região Norte, por exemplo. Então, se a educação se diferencia de uma região para a outra pelas diversidades culturais logo, a Educação do Campo precisa ser uma educação que traga aspectos diferentes da educação ofertada na cidade, pois o povo do campo vive cultura e costumes diferentes. Isso está preconizado na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), lei essa que o Senado Federal há pouco tempo lançou uma edição impressa atualizada. O artigo 28 da referida lei diz:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais

necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, 1996, p. 21).

O campo é caracterizado por suas especificidades, costumes, tradições, quase sempre distintos da cidade. Logo, a educação ofertada para os trabalhadores que estão no campo precisa atender toda a sua diversidade. A conceituação do termo Educação do Campo abrange toda essa diversidade cultural, a qual pode se caracterizar como um movimento constituído pelos sujeitos sociais que integram as realidades camponesas, e que almejam vincular o processo de vida no campo com os pressupostos educacionais aliando assim escola e vida, os pressupostos da cotidianidade camponesa e os métodos educativos formais. Segundo Caldart,

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de

política pública, de educação e de formação humana. (Caldart, 2012, p. 259).

É de vital importância pensarmos o quanto o embate entre os projetos para o campo brasileiro reflete em modelos para o sistema educacional. Na lógica da Revolução Verde e do modelo agroexportador, o campo deve ser minimamente povoado. População essa que deve estar diretamente envolvida com as tarefas do agronegócio, trabalhando dentro dos grandes latifúndios de monocultura. Isso requer a expulsão das populações camponesas, entre elas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais povos que praticam uma agricultura que tem a natureza como parceira e não como inimiga. Na lógica dos movimentos sociais, o campo deve ser lugar da mais ampla diversidade de povos, fazendo diferentes formas de agricultura.

Quando nos referimos à Educação do Campo estamos nos referindo a uma educação que vá atender os anseios da população camponesa e não apenas levar o sistema educacional para o campo:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a Educação do Campo, se estará tratando da

educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político. (Kolling, Nery & Molina, 1999, p. 26).

A ideia de Educação do Campo é um avanço para a ideia de Educação Rural, porque essa ideia não se resume em levar a educação, ela necessita de fazer-se literalmente em contato com os trabalhadores que ela se destina. Se antes pensávamos que “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento” (Petty, Tombim & Vera, 1981, p. 33), agora dizemos que “a Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais” (Caldart, 2012, p. 265). Esse vínculo essencial já aparece nas Teses sobre Feuerbach¹, onde Marx (com a colaboração fundamental de Engels que as editou pela primeira vez) destaca a centralidade da atividade humana, da práxis como relação indissociável entre teoria e prática e

constitutivo central do processo de humanização, como prática criadora e transformadora de uma nova realidade social. Nesse aspecto Marx sublinha que toda vida social é essencialmente prática. Parece-nos que recuperar o vínculo essencial não tem sido a intenção do sistema educacional brasileiro e, muito menos, da educação oferecida aos trabalhadores do campo. Nos lugares onde ainda existem escolas no campo, que estão sob constantes ataques para que se efetue o seu desmonte, é oferecida a mesma educação que acontece na área urbana, o que contraria a própria LDB. Efetivamente é a separação, a distinção da Educação **do** Campo para a Educação **no** Campo.

Em busca de maior conhecimento desta problemática, resolvemos indagar ao movimento social de maior expressão em nossa região, qual a concepção de Educação do Campo, quais os entraves do sistema educacional no meio rural e quais as alternativas para a melhoria desse sistema. O movimento social mais atuante em nossa região é o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que é um movimento da luta pela terra e pela Educação do Campo. Está representado em todo o Brasil e é expressivo na região de Colorado do Oeste, estado de Rondônia.

O interesse é saber a importância da Educação do Campo para estes trabalhadores e, em que medida o

movimento considera este tema importante para a sociedade em geral. Pois acreditamos que o campo e a cidade formam um só conjunto, não existe a dicotomia campo/cidade. Essa concorrência entre o rural e o urbano é algo criado a partir de interesses humanos. Raymond Williams nos diz que ao contrário de dicotomia, existe uma ligação entre esses termos. Nas palavras dele:

Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade. (Williams, 1989, p. 11).

O problema reside nos interesses humanos em criar essa diferenciação e hierarquização entre o campo e a cidade. Ainda é Williams quem nos explica que:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar do barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar do atraso, ignorância e limitação. (Williams, 1989, p. 11).

Reparem que o jogo de palavras, os adjetivos usados servem para qualificar de maneira pejorativa o campo. Quando

estipulamos que o campo é “lugar de atraso, ignorância e limitação” estamos incentivando o êxodo rural, pois ninguém quer ser “atrasado”, ao passo que ser “ambicioso” não é visto necessariamente como algo tão mau em nossa sociedade.

A realidade do grupo de camponeses brasileiros organizados em movimentos sociais é distinta de muitos brasileiros. Esses trabalhadores lutam por objetivos que abrangem toda a classe trabalhadora do país, entre os quais podemos citar as lutas por menor desigualdade social; pela conservação das tradições culturais; pela preservação do meio ambiente; pelo desinchaço dos grandes centros urbanos; pela produção de alimentos de qualidade, sem agrotóxicos e; por boas condições para manterem seus filhos no campo, o que envolve diretamente o sistema educacional.

Para Martins (2009), a sugestão da Educação do Campo para os camponeses não é simplesmente pedagógica, ela busca relacionar escola e vida e deseja à veiculação de uma determinada concepção de campo, qual seja um lugar de vida.

Atentos ao Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, o qual nos diz que o sujeito deve ser educado dentro de suas características culturais e de vida, investigamos o que o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de Colorado do Oeste – Rondônia, cidade do interior do Estado localizada a 759 km da Capital,

Porto Velho, através de uma de suas lideranças, pensa sobre a Educação do Campo e de que maneira eles querem essa educação.

Formado no final de 1997 com o fim do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e com a crise do movimento sindical que, após cumprir importante papel na luta camponesa se viu enredado na burocracia estatal, o MPA é:

... um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais. (MPA, 2017).

Hoje, o MPA está organizado em 17 estados e tem avançado na elaboração sobre o Campesinato e sobre o que denomina Plano Camponês, que é um plano a partir do campo para a sociedade brasileira como um todo e tem base em dois pilares: 1) condições para produzir e; 2) condições para viver bem no campo. E viver bem no campo também passa por uma educação de qualidade que para o MPA significa uma Educação do Campo.

Optamos por uma entrevista do tipo semiestruturada, na qual o entrevistador segue um roteiro estabelecido e o efetua

com indivíduos selecionados de acordo com alguns critérios, que no caso era o fato de ser um representante do Movimento dos Pequenos Agricultores de Colorado do Oeste. Este tipo de entrevista acontece diante de uma relação de questões fixas, assim a entrevista acontecerá de maneira igualitária para todos os entrevistados (Gil, 1999, p. 121).

Por isso, consideramos proveitoso dialogar com alguém envolvido diretamente com a vida no campo sobre as questões que envolvem esse modo de vida e, sobretudo, o ideal de educação que o MPA tem para os trabalhadores que estão no campo. O entrevistado é Luiz e, como já foi dito anteriormente, é uma das lideranças do MPA em Rondônia. Formado em Pedagogia da Terra, pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Luiz também esteve na Venezuela em 2010 e 2011 ajudando na construção do Instituto Latino-Americano de Agroecologia, onde participava da coordenação político-pedagógica.

O representante da população camponesa foi indagado sobre diversos temas, sendo que a ênfase recaiu no ideal de educação que o movimento quer para os jovens camponeses, e para os produtores rurais da região, e a participação da comunidade camponesa na educação escolar desses jovens.

Perguntas da curiosidade e respostas de quem enxerga as necessidades

A princípio foi direcionada uma pergunta sobre a situação do Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia (PROEMCRO) hoje nas escolas rurais, e o representante do MPA nos diz que: “O PROEMCRO está sendo lecionado em nossas escolas rurais da mesma forma que é lecionado na cidade e isso não é o que queremos, pedimos uma educação que atenda às nossas necessidades.” Esse já é o indício de que os movimentos sociais têm uma concepção formada para essa diferenciação. Sabemos que os movimentos sociais, sobretudo os movimentos do campo, buscam a construção de um modelo pedagógico que aproveite a experiência dos trabalhadores envolvidos e que traga exemplos de atividades que tenham nexos com a realidade desses trabalhadores. Sabemos que é preciso mais estudo, mas, arriscamos a dizer que os movimentos do campo implementam modelos educacionais tendo como base um misto entre as ideias de Paulo Freire e Moisey M. Pistrak, o que, no nosso entendimento é algo muito valioso.

Martins (2009) nos fala que a Educação do Campo busca relacionar escola e vida, até mesmo se deseja a veiculação de uma apontada concepção de

campo, na qual esse seja um lugar de vida, sendo um local propício a uma vida rica em cultura e tradições.

O MPAⁱⁱ também foi questionado se a Educação do Campo pode ajudar a diminuir a criminalidade nos grandes centros urbanos, e a resposta é positiva.

Para Luiz:

Com certeza, ela vai ajudar a fixar o homem no campo fazendo com que o êxodo rural diminua e isso diminuirá a criminalidade, mas do jeito que se encontra a Educação do Campo, está é estimulando os jovens a irem para a cidade. (Luiz, 2017).

Nesse questionamento o MPA faz uma reflexão muito interessante, ele nos diz que:

O jovem sente-se estimulado a ir para a cidade, pois a propaganda é que lá eles encontrarão um bom serviço, lazer e qualidade de vida. Porém quando chegam lá a realidade é totalmente diferente, muitas vezes acabam sem emprego nas ruas e ficando vulneráveis a entrar para o mundo da criminalidade. (Luiz, 2017).

Em um mundo em que a propaganda estimula o consumo desenfreado, a cidade também faz a sua propaganda. As levas de jovens trabalhadores rurais que partem para os centros urbanos serão parte do exército de reserva e poderão garantir mão de obra barata para as indústrias capitalistas. Esse processo de cerceamento das condições de vida do homem do campo

- processo esse que se inicia na Inglaterra nos primórdios da Revolução Industrial -, faz com que a massa de trabalhadores fique a mercê das vontades capitalistas. Com essa reflexão é possível retornar um pouco em nossa entrevista e lembrar a ligação da cidade com o campo, pois a partir dessas palavras pode ser entendido que o homem do campo precisa manter-se em seu local de origem, porém recebendo toda a assistência necessária: educação, saúde, lazer, etc. O Estado tem-se furtado a sua tarefa de prover condições igualitárias a todos os cidadãos. Parte dos trabalhadores do campo insiste em ficar no campo - mesmo com as dificuldades impostas pela lógica capitalista - pois ali estão suas raízes, seus costumes e é nesse ambiente que eles encontram em sua perspectiva, conforto, tranquilidade, segurança e maior qualidade vida. Nesse espaço, costuma-se ter um melhor uso dos conceitos de solidariedade e reciprocidade, porque

Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm

espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão. (Görge, 2009, p. 5).

Outro ponto importante da entrevista é a visão que o MPA tem para o processo pedagógico. Quando Luiz foi questionado como os professores deveriam trabalhar determinadas disciplinas, como: Geografia, Português, Matemática, História, entre outras, ele logo nos diz que:

Primeiro a educação precisa atravessar as quatro paredes, o campo é rico em locais para lecionar uma aula diferenciada, porém os professores insistem em se limitarem entre quatro paredes. Podem construir uma horta com os alunos, com isso eles irão trabalhar a escrita para elaborar o projeto, a matemática para desenvolver os cálculos necessários, metros quadrados, espaçamento de sementes, quantos reais serão gastos; dentro da geografia pode-se trabalhar o solo, o clima; já em história pode se trabalhar as tradições dos camponeses e até mesmo realizar feiras para divulgar as tradições. (Luiz, 2017).

De certo modo, é uma proposta pedagógica que se assemelha ao ideal freiriano de uma participação ativa dos trabalhadores no processo educacional, a partir da sua própria realidade. Ou como

propõe Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2003) que, a partir das ideias do próprio Paulo Freire indicam como estratégia a Experimentação Problematizadora, que tem como característica central a participação dos educandos em todas as fases do processo de aprendizagem. Essa proposta pedagógica é dividida em três momentos pedagógicos, quais sejam (i) situação problema (problematização); (ii) organização do conteúdo; e (iii) aplicação do conhecimento. O primeiro momento, situação problema, se caracteriza em iniciar a aula mediante um problema que coloque os alunos em contexto e, permita a eles levantarem hipóteses sobre o determinado problema. No segundo momento os alunos, juntamente com o professor, organizam os conhecimentos fazendo anotações e dialogando. Já no último momento os alunos apresentam suas hipóteses e o resultado, tendo a intervenção do professor para orientar os alunos a compreenderem o fenômeno científico.

O que vai de encontro com as propostas de Pistrak, que no clássico Fundamentos da Escola do Trabalho (2011), advoga que a escola que fará a transformação social precisa ser transformada e para isso, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos

objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade. Sabendo disso, o MPA luta por uma educação no campo, porém do campo.

Kolling, Cerioli e Caldart (2002) conceituando a Educação no Campo dizem que “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive”. E vão além dizendo que para a Educação do Campo se efetivar o povo camponês deve participar.

O povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais, assumida na perspectiva de continuação da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal, que não deve ser tratada nem como serviço nem como política compensatória e muito menos como mercadoria. (Kolling, Cerioli & Caldart, 2002, p. 26).

Os autores que defendem a luta dos camponeses mostram que não basta ter uma escola no campo, mas é necessário que a educação aconteça mediante o modo que vivem esses trabalhadores, para que essa educação consiga atender as necessidades desses trabalhadores sem desvalorizar seus costumes e tradições.

Para Ausubel, Novak e Hanesian (1978) a aprendizagem apresenta duas extremidades, em um lado a aprendizagem mecânica (decoração), sendo a que o estudante arquiva conceitos avulsos e carentes de significado. Já do outro lado

existe a aprendizagem significativa, na qual novos conhecimentos (conceitos) são conectados a conhecimento prontamente existente na estrutura cognitiva do aprendiz, de um modo substantivo e não arbitrário. Por isso, o historiador inglês Edward Palmer Thompson sugere que devemos aproveitar a experiência dos indivíduos para desenvolver outras racionalidades educativas, que buscam a valorização humana e não do capital. Corroborando com Gramsci, ele afirma:

Pois Gramsci também insistia que essa filosofia não era apenas a apropriação de um indivíduo, mas provinha de experiências compartilhadas no trabalho e nas relações sociais, estando implícita na realidade, unindo-o a todos os companheiros de trabalho na transformação prática do mundo real (Thompson, 1998, p. 20).

A experiência pode ampliar a visão de mundo dos trabalhadores e é um conceito central para a conscientização das pessoas. E a experiência vem, sobretudo, do trabalho, apesar de se reduzir a dimensão educativa do trabalho à sua função instrumental didático-pedagógica, ou seja, aprender fazendo. Sem desconsiderar essa dimensão, o que marca a concepção do trabalho como princípio educativo é a ordem ontológica (inerente ao ser humano) e, conseqüentemente, ético-política (trabalho como direito e como dever).

O trabalho como atividade especificamente humana é processo de criação da vida e da história, e sua forma de organização em uma sociedade traz transformações sociais específicas; porém, na forma social do capitalismo, o trabalho tornou-se mercadoria e o trabalhador não é dono do produto do seu trabalho, ou seja, na sociedade capitalista o trabalhador realiza um trabalho alienado. No sistema capitalista, quando o trabalhador percebe que é explorado, a própria condição de exploração o educa, porém pode propiciar tanto a emancipação ou simplesmente a adaptação. O trabalho é uma forma de fazer o homem pensar, portanto tem um princípio educativo. A própria forma de trabalho capitalista não é natural, mas produzida pelos seres humanos. A luta histórica é para superá-la. Para isso é preciso recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho e mais, trata-se de recuperar a sociabilidade perdida nas esferas do sistema capitalista.

Também por isso Luiz, quando perguntado sobre felicidade no trabalho, afirmou que:

Posso dizer que sim, pois aqui na propriedade produzimos alimento de grande qualidade e consigo tirar meu sustento. Muita gente não vê o campo como um ambiente para viver, porém aqui também podemos possuir internet, televisão, computador, celular e trabalhar. (Luiz, 2017).

Durante as palavras da liderança do MPA percebeu-se que eles valorizam muito o aspecto cultural do movimento, deixando claro que um objetivo é não deixar seus valores culturais acabarem. Ele relata uma situação que acontece geralmente nas escolas:

Geralmente tem alguns eventos nas escolas que têm apresentações de danças, músicas, teatros e outras atrações, em que os jovens camponeses participam, e em vez deles apresentarem músicas e danças do seu povo eles dançam e cantam lepo, lepoⁱⁱⁱ. Isso nos causa um impacto muito grande, pois percebemos que as nossas tradições estão se perdendo com o tempo. (Luiz, 2017).

A fala de Luiz traz a ideia de que os valores culturais camponeses estão se perdendo com a entrada de valores culturais do mundo urbano que chegam ao campo a partir da expansão de tecnologias, sobretudo as tecnologias referentes às mídias. Logicamente que Luiz não está defendendo um modelo de campo em que as modernas tecnologias não cheguem, um modelo do século passado; ele defende a manutenção de valores que liguem os trabalhadores com o seu lugar, com o seu estar no mundo. E outro modelo de escola, que está sendo construído nas lutas dos trabalhadores, e que possa ajudar na manutenção de valores. Para Marlene Ribeiro, estudiosa dos processos de

educação popular, as possibilidades de mudança estão sempre abertas, segundo ela:

A escola tem estado associada aos valores do individualismo, da competição e da dependência, peculiares ao modo capitalista de produção que lhe define princípios e objetivos. Entretanto, é preciso considerar que as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e na configuração do Estado, de um lado, e as formas cooperativas de trabalho associadas às organizações comunitárias e aos movimentos sociais populares, de outro, mostram uma sociedade em movimento, na qual as possibilidades de mudança não estão dadas, mas vão sendo lentamente construídas (Ribeiro, 2001, p. 36).

Importante notar também que a dicotomia campo/cidade continua a atravancar o processo educacional. Nesta dicotomia o campo aparece como arcaico, atrasado, ignorante e a cidade se mostra como avançada, moderna e inteligente. O docente que não conhece ou não quer trabalhar com a dinâmica da Educação do Campo acaba reproduzindo as mazelas desta dicotomia, o que o MPA aponta como um desrespeito ao povo camponês. Vejamos a fala de Luiz:

Os professores geralmente usam como arma para tentar controlar os alunos a seguinte frase “estudem para não ser igual ao seu pai”, isso eu considero um grande desrespeito ao nosso povo, pois o que tem o pai desse aluno? É um trabalhador que luta por seus objetivos. Com este preconceito que geralmente os

professores vem para a sala de aula no campo. (Luiz, 2017).

Dizer que o aluno não deve “ser igual ao seu pai”, quando este pai é um camponês honesto e trabalhador, chega a soar como uma brutalidade. Os professores que reproduzem esta fala podem ser vistos como medrosos, já que tentam com ela valorizar o saber formal em detrimento ao saber informal, aos saberes que vêm da experiência, como bem relatou Thompson (1998). Para este pensador a experiência de vida dos indivíduos também pode levar ao acúmulo de saberes com os quais as pessoas definem o seu estar no mundo.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Thompson, 1981, p. 182).

Isso é confirmado pelo depoimento de Luiz que, ao nos contar parte de sua trajetória, deixa clara a importância da experiência, da vivência de dilemas cotidianos para se aprender na vida,

apreender o mundo e assim formar uma identidade própria que se apropria dos saberes dos demais para a formulação de suas próprias decisões. Eis o que nos diz Luiz, quando indagado sobre a decisão para participar do movimento:

Comecei a participar do movimento em 2001, na verdade minha família já vinha participando das lutas sindicais, então em 2001 comecei a participar, fui a uma luta dos sem-terras em São Paulo e, a partir de quando voltei, comecei a participar das atividades do MPA, foi uma experiência muito bacana, fui gostando vi que aquilo era um espaço de olhar o mundo de forma diferente, até então eu via a concepção de olhar o mundo de uma forma muito ingênua eu produzia com agrotóxico ai eu vi que o movimento tinha uma proposta diferente, que era a produção de alimentos saudáveis então acabei me encantando e entrando, em 2002 comecei a participar do debate da educação na verdade entrei um pouco perdido no movimento. Em 1997 teve o encontro do ENERA para as áreas de reforma agrária e em 98 ampliou mais. Aí em 2003 eu comecei a participar um pouco perdido ainda estudando o Livro da Educação do Campo e ainda em 2003 tive a oportunidade de ajudar a formar o curso de Pedagogia da Terra na UNIR, e eu fui um dos que ingressaram no curso. (Luiz, 2017).

Para Gramsci (1991), a cultura deve ser compreendida no seu sentido mais amplo possível, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida

de uma população determinada. Portanto, cultura é o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do/pelo tecido social. Ao discutir cultura, primordialmente no plano da luta hegemônica e como expressão da organização político-econômica dessa sociedade, Gramsci afirma que a cultura é parte das ideologias que cimentam o bloco social. Um grupo de trabalhadores que se organiza em um movimento social e valoriza a sua cultura, valoriza a si mesmo.

Para não concluir e ficar pensando um pouco mais

Os pontos abordados nos mostram como o Movimento dos Pequenos Agricultores está preparado, sabem o porquê e as causas de suas lutas. Lutam por uma vida dentro de suas diversidades culturais e que possam continuar morando e vivendo em seu espaço de direito com qualidade de vida, assim podendo seus filhos e netos frequentar uma escola em que abordem seus aspectos culturais e que façam sentir orgulho de ser camponês.

Com isso podemos questionar o Estado brasileiro já que, a Constituição apresenta o direito à preservação cultural e de tradições, e o direito de receber uma educação voltada para suas origens (Brasil, 1988). Então, surge a pergunta, o porquê

de isso tudo não acontecer, sendo que foi o próprio governo que estimulou esse povo a sair dos grandes centros urbanos nos anos 60, 70 e 80 do século passado, para habitar regiões rurais, que ainda eram matas e com altos índices de doenças. Rondônia foi um dos estados a receber levas de migrantes em busca de melhores condições de vida. Segundo Araújo,

Rondônia pode ser apreciado como um espaço experimental de políticas de colonização e reforma agrária implantada pela União, onde vários projetos foram implantados em meados do século XX. Neste trabalho, propus-me analisar como se dá a organização social, produtiva e ambiental de um assentamento no Estado de Rondônia, já que nas décadas de 1970 e de 1980 o Governo dos Militares criou uma série de programas e projetos para colonizar a Amazônia brasileira, sendo Rondônia um dos Estados que recebeu grande parte desses migrantes. No intuito de dar “terra sem homens para homens sem terra”, o governo federal criou diversos PICs e PADs (Projetos Integrados de Colonização e Projetos de Assentamentos Dirigidos, respectivamente) colocando, assim, pessoas a esmo nas distantes terras do Norte do país. (Araújo, 2015, p. 23).

Essa nova configuração ampliou o espaço do campesinato em Rondônia, transformando-o ao longo do tempo em um estado onde a agricultura campesina se destaca. Ainda é Araújo quem nos indica:

Somando-se todos os projetos de colonização implantados em Rondônia entre 1970 e 1980 e já aqui citados, tem-se uma área de aproximadamente 2,6 milhões de hectares, sendo que 1.795.521 hectares (68%) foram destinados aos pequenos camponeses com lotes de até 100 hectares. Ao longo dos anos, o espaço do campesinato consolidou-se nesses extratos de até 100 hectares que representam atualmente 80% dos estabelecimentos rurais do Estado. Estaria, a partir de então, formada uma nova configuração espacial: os PICs para os pequenos camponeses e os PADs para os médios e grandes produtores rurais. (Araújo, 2015, p. 51).

Hoje, acontece o inverso do que aconteceu a 50 anos atrás, a política pública estimula o povo do campo a sair do campo, pois não há escolas de qualidade, não há uma política adequada para continuar produzindo alimento para suas regiões. O sucateamento das políticas públicas que devem atender os trabalhadores rurais é mais um passo para a saída do homem do campo em busca da cidade. Desse modo, o êxodo rural tem um adendo para o seu aumento. Não à toa, a teoria marxista reclama do Estado e afirma que este serve aos interesses da classe dominante. O MPA faz uma reflexão sobre esse aspecto. Luiz nos diz:

Há 50 anos éramos estimulados a sair do meio urbano para vir para regiões ainda não desenvolvidas, onde não tinha estradas, hospitais e escolas, regiões cobertas por floresta, então formamos a região derrubamos, plantamos e produzimos,

implantamos nossa cultura. Porém hoje as políticas públicas nos estimulam a deixar o campo, assim faço uma reflexão: fomos usados para amaciar a terra, para que hoje possa ser implantada grandes fazendas de soja e etc... (Luiz, 2017).

Fica a impressão de que as políticas públicas são implementadas de modo tão lento e ineficiente para que os camponeses desistam de suas lutas aos poucos. É possível ver que os latifundiários estão tomando conta das extensões rurais, pois hoje na região Cone Sul de Rondônia (onde se situa o município de Colorado do Oeste) pode-se observar grandes plantações de soja, milho e sorgo. E tendo certa noção da quantidade enorme de agrotóxicos utilizada nessas lavouras, sabemos que há uma diminuição da qualidade de vida na região. Em recente estudo, Batista (2016) nota o avanço das monoculturas em nossos campos:

Na Amazônia brasileira, Rondônia fora um dos estados mais impactados pela expansão da fronteira agrícola verificada nas últimas duas décadas, sendo a soja a cultura sobejamente reconhecida como representativa desse fenômeno ... na safra 2015/16, cerca de 760 mil toneladas de soja foram colhidas em Rondônia, sendo que quase a totalidade dos 250.000 hectares cultivados com o grão nesse ano/safra, fica localizada no Cone Sul do Estado, considerada como região do agronegócio em Rondônia. (Batista, 2016, p. 14).

Sendo isso totalmente o contrário a luta do MPA, que em seu site diz:

O Movimento dos Pequenos Agricultores, após este processo de construção orgânica, de luta, de elaboração e de afirmação camponesa, tem como mensagem política produzir alimentos saudáveis, respeitando a natureza, para alimentar o povo brasileiro e fortalecer o campesinato! Através desta mensagem o MPA expressa a missão do Campesinato e também a missão do próprio MPA como organização camponesa. (MPA, 2017).

O MPA tem avançado na elaboração sobre o campesinato e sobre o Plano Camponês, já que as famílias camponesas produzem orientadas pela finalidade comum da reprodução dos respectivos grupos familiares, em perspectiva que incorpora consistência entre gerações – a geração operante se vê parte constitutiva das realizações de seus ascendentes e descendentes. Esse tipo de produção agrícola tem como uma de suas principais preocupações a boa convivência com a natureza, de modo que essa natureza possa render frutos para as gerações futuras. Também por isso o modelo educacional a ser implantado para o trabalhador rural deve ser aquele que atenda as particularidades deste grupo social.

O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta “experiência”, e, portanto, nos ajuda na

compreensão do que essencialmente ela é e na “consciência de mudança” que assinala e projeta para além dela mesma.

Quando se discute a Educação do Campo, se discute que tipo de educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. E esta tem sido uma luta árdua, ainda mais em nosso caso, em que o Estado encontra-se atravessado por interesses dos grupos capitalistas. Para Caldart,

O Estado não pode negar o princípio (republicano) da universalização do direito à educação, mas, na prática, não consegue operar a sua realização sem que se disputem, por exemplo, os fundos públicos canalizados para a reprodução do capital, o que, no caso do campo, significa, hoje especialmente, fundos para o avanço do agronegócio, inclusive em suas práticas de Educação corporativa. (Caldart, 2012, p. 262).

Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês, ou com a tarefa histórica do campesinato. A diversidade de grupos camponeses espalhados Brasil afora expressa a força dos camponeses. O campesinato é parte da classe trabalhadora, e tem participado ativamente na luta contra um modelo sócio econômico que o explora.

A educação é um ponto central nessa discussão. Se admitimos que a educação pode emancipar os trabalhadores, então um modelo educacional em consonância com os aspectos culturais de cada grupo de trabalhadores é vital para a transformação social.

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (Kolling, Cerioli & Caldart, 2002, p. 19).

O Movimento dos Pequenos Agricultores ainda comenta sobre a formação de profissionais construída para atender o povo do campo:

Hoje se formam muitos agrônomos, veterinários e zootecnistas, porém a maioria deles não volta para o campo para ajudar os pais, para aplicar o seu conhecimento no sítio do pai, mas geralmente vão trabalhar na cidade em lojas agropecuárias ou em grandes multinacionais, assim o povo do campo acaba sendo jogado de lado. Existem essas situações, pois a educação brasileira acontece apenas para abastecer as grandes empresas e não para desenvolver a sociedade brasileira. (Luiz, 2017).

Por isso, o Movimento dos Pequenos Agricultores luta por uma Educação do Campo, pois para a maioria dos camponeses é difícil ver seus filhos saírem

para cursar o ensino superior e não voltarem depois para ajudar a desenvolver a produção na terra. Em Colorado do Oeste há o *campus* inaugural do Instituto Federal de Rondônia-IFRO (antiga escola agrícola) e, nem esse fato ameniza esse êxodo da juventude rural ou parece que agudiza ainda mais. Em recente pesquisa sobre a concepção do que é agricultura familiar com os alunos do *campus* Colorado do Oeste do IFRO, Souza *et al.* (2015) chegam a conclusões alarmantes. Em uma pesquisa que entrevistou 208 alunos, nota-se que o agronegócio ganha espaço da agricultura familiar na concepção de agricultura que produz alimentos para todos. Quando perguntados qual grupo ajuda a resolver o problema da fome no mundo, 151 alunos disseram que a união entre agricultura familiar e agronegócio resolve o problema da fome. Ora, é praticamente domínio público a informação de que dados apontam que cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são fruto da agricultura familiar. Outro dado interessante da pesquisa é que metade dos entrevistados afirmou serem filhos de agricultores e desses, 80% se dizem filhos de pequeno agricultor. E, ainda mais alarmante, é o fato de que 75% dos entrevistados disseram que desejam trabalhar em grandes complexos agroindustriais, sobretudo no estado vizinho, o Mato Grosso. Isso nos leva a

pensarmos que o *campus* Colorado do Oeste do IFRO acaba realizando uma educação que não leva em conta a realidade de seus alunos, em sua maioria oriunda da agricultura familiar e acaba tão somente, formando mão de obra para as empresas capitalistas, corroborando com a teoria marxista de que o Estado - com todas os seus braços - está a serviço da classe dominante. Nas palavras de Mészáros,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade (Mészáros, 2008, p. 35).

O que entra em choque com as ações do MPA e de grande parte dos movimentos sociais que lutam por uma sociedade mais igualitária e justa, em que o sistema educacional seja direcionado para a formação do “homem omnilateral” (Marx, 2004).

Referências

Araújo, M. E. B. (2015). *A vida e a produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

- Ausubel, D. P., Novak, J. D., & Hanesian, H. (1978). *Educational Psychology: A Cognitive view*. Nova York: Holt, Rinehardt & Winston.
- Batista, J. A. (2016). *Adoção da agricultura de precisão na Amazônia: Estudo de caso na região cone sul do estado de Rondônia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao>
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 05 de outubro). Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 259-266). Rio de Janeiro, RJ: Expressão Popular.
- Delizoicov, D., Angotti, J. A., & Pernambuco, M. C. A. (2003). *Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos*. São Paulo, SP: Editora Cortez.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, SP: São Paulo, SP: Atlas S. A.
- Görgen, F. S. A. (2009). *Agricultura camponesa*. Santa Cruz do Sul, RS: Cadernos de Estudos Cooperfumos.
- Gramsci, A. (1991). *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Kolling, E. J., Néry, I., & Molina, M. C. (1999). *Por uma educação básica do campo (memória)*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo.
- Kolling, E. J., Cerioli, P. R., & Caldart, R. S. (2002). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo.
- Luiz. (2017). *Apontamentos sobre educação*. Colorado do Oeste, Rondônia. Entrevistadores: Marcos Antonio Oliveira Rodrigues, Vanessa Campos Moraes e Raiane Agustinho Lopes.
- Martins, F. J. (2009). Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar. In *Congresso Internacional de Pedagogia Social*. Recuperado de: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092008000100006&script=sci_arttext
- Marx, K. (2004). *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Movimento dos Pequenos Agricultores (2017). *Quem somos*. Recuperado de: <http://www.mpabrazil.org.br>
- Petty, M., Tombim, A., & Vera, R. (1981). Uma alternativa de educação rural. In Werthein, J., & Bordenave, J. D. (Orgs.). *Educação rural no Terceiro Mundo* (pp. 31-64). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Pistrak, M. M. (2011). Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Ribeiro, M. (2001). Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural:

desafios à educação básica. *Revista Brasileira de Educação*, 17, 20-39. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782001000200003>

Souza, W. K. A., Fernandes, A. B. V., Chichoki, M. V., & Bairos. (2015). Agricultura familiar: discutindo as concepções a partir de saberes e experiências. In *anais do X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Rio Branco - Acre*.

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.

Thompson, E. P. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Williams, R. (1989). *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

ⁱ As 11 teses foram editadas em vários livros da literatura de Marx e Engels. No nosso caso fizemos a leitura a partir de: Marx, K., & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo, SP: Boitempo.

ⁱⁱ Quando dizemos MPA, estamos dando à entrevista de Luiz um caráter de fala do Movimento, tendo em vista ser ele uma liderança com voz ativa e embasamento teórico do Movimento para tais falas.

ⁱⁱⁱ Lepo Lepo é uma música do grupo de pagode baiano Psirico. A letra fala sobre uma pessoa que está em difícil situação financeira, e caso sua amada queira se relacionar com ele é porque gosta do seu "lepo lepo". A expressão que dá título à canção deixa a possibilidade de várias interpretações.

Recebido em: 26/01/2018

Aprovado em: 18/02/2018

Publicado em: 23/04/2018

Como citar este artigo / How to cite this article / Como citar este artículo:

APA:

Souza, W. K. A., Lopes, R. A., Moraes, V. C., & Rodrigues, M. A. O. (2018). Apontamentos sobre a Educação do Campo em Colorado do Oeste/Rondônia: notas de um camponês letrado. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(1), 313-332.

ABNT:


SOUZA, W. K. A.; LOPES, R. A.; MORAES, V. C.; RODRIGUES, M. A. O. Apontamentos sobre a Educação do Campo em Colorado do Oeste/Rondônia: notas de um camponês letrado. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 3, n. 1, p. 313-332, 2018.

ORCID

William Kennedy do Amaral Souza

 <http://orcid.org/0000-0001-6271-9422>

Raiane Agostinho Lopes

 <http://orcid.org/0000-0001-5243-0764>

Vanessa Campos de Moraes

 <http://orcid.org/0000-0002-9842-7672>

Marcos Antonio Oliveira Rodrigues

 <http://orcid.org/0000-0001-5168-5650>

Declaramos que os autores Marcos Antonio Oliveira Rodrigues, Raiane Agostinho Lopes, Vanessa Campos de Moraes e William Kennedy do Amaral Souza, foram responsáveis pela elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito. Os autores também foram responsáveis pela aprovação da versão final a ser publicada.